

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA E A MATERNIDADE SOB A ÓTICA EPISTEMOLÓGICA DA OBJETIVIDADE FORTE

*Eliane Vieira Lacerda Almeida*¹
Universidade Federal da Bahia
<http://orcid.org/0000-0001-5719-2072>

*Edna Raquel Hogemann*²
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
<http://orcid.org/0000-0003-3276-4526>

*Mônica Müller*³
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
<http://orcid.org/0000-0001-8339-7055>

RESUMO:

O artigo analisa reflexivamente os impactos da maternidade sobre a produção científica das mulheres pesquisadoras e a necessidade objetiva de se manter a luta pela equiparação entre homens e mulheres na ciência que levou à inclusão da possibilidade de indicar o período de afastamento da pesquisadora em razão da licença maternidade, mas que carece da existência de políticas públicas e espaços acolhedores para essas mães pesquisadoras nas estruturas físicas, bem como outras consequências que lhes são prejudiciais. Busca lastro teórico nas contribuições relativas à concepção de objetividade forte, delineados por Harding, a partir do estudo de caso do movimento iniciado pelo Parent in Science, como forma de política de superação das desigualdades de gênero na Academia, a fim de contribuir para o avanço da educação profissional e produção científica das mulheres mães. O estudo inclui reflexão crítica sobre o recorte de raça dentro do escopo das desigualdades de gênero levantadas. O método de pesquisa utilizado é o exploratório, com recursos bibliográficos e viés dialético.

Palavras-chave: Produção científica; Maternidade; Academia; Gênero; Objetividade Forte.

¹ Doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Transformação Social (UNIRIO). Brasil. elianelacerda@ufba.br.

² Pós Doutora em Direito (UNESA). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito e Decana (UNIRIO). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Transformação Social (UNIRIO). Brasil. edna.r.hogemann@unirio.br.

³ Mestra em Direito (UNIRIO). Brasil. monicasirieiro@gmail.com.

SCIENTIFIC PRODUCTION AND MATERNITY FROM THE EPISTEMOLOGICAL VIEWPOINT OF STRONG OBJECTIVITY

ABSTRACT:

The article reflexively analyzes the impacts of motherhood on the scientific production of women researchers and the objective need to maintain the struggle for equality between men and women in science, which led to the inclusion of the possibility of indicating the period of absence of the researcher due to leave. maternity, but it lacks the existence of public policies and welcoming spaces for these research mothers in the physical structures, as well as other consequences that are harmful to them. It seeks theoretical support in the contributions related to the concept of strong objectivity, outlined by Harding, from the case study of the movement initiated by Parent in Science, as a form of policy to overcome gender inequalities in the Academy, in order to contribute to the advancement of professional education and scientific production of women mothers. The study includes a critical reflection on the race within the scope of the gender inequalities raised. The research method used is exploratory, with bibliographic resources and dialectical bias.

Keywords: Scientific production; Maternity; Academic; Gender; Strong Objectivity.

PRODUCCIÓN CIENTÍFICA Y MATERNIDAD DESDE LA VISIÓN EPISTEMOLÓGICA DE LA FUERTE OBJETIVIDAD

RESUMEN:

El artículo analiza reflexivamente los impactos de la maternidad en la producción científica de las investigadoras y la necesidad objetiva de mantener la lucha por la igualdad entre hombres y mujeres en la ciencia, lo que llevó a la inclusión de la posibilidad de señalar el período de ausencia de la investigadora por dejar la maternidad, pero falta la existencia de políticas públicas y espacios de acogida para estas madres investigadoras en las estructuras físicas, además de otras consecuencias que les perjudican. Busca sustento teórico en los aportes relacionados con el concepto de objetividad fuerte, esbozado por Harding, a partir del estudio de caso del movimiento iniciado por Parent in Science, como forma de política para superar las desigualdades de género en la Academia, con el fin de contribuir a la el avance de la formación profesional y la producción científica de las mujeres madres. El estudio incluye una reflexión crítica sobre la raza en el ámbito de las desigualdades de género planteadas. El método de investigación utilizado es exploratorio, con recursos bibliográficos y sesgo dialéctico.

Palabras clave: Producción científica; Maternidad; Académico; Género; Fuerte Objetividad.

Introdução

A maternidade não precisa ser incompatível com a produção de saberes científicos. Razão pela qual, não se deve desprezar que a sociedade carece perpassar pelo acolhimento específico e equânime das mães produtoras desses saberes. A maioria dos estudos sobre evasão estudantil se concentram aos estudantes de 06 a 17 anos, idade oficial para frequência no ensino fundamental e médio, com foco na faixa etária de 15 a 17 anos (ensino médio)⁴ havendo, assim, poucos dados sobre a evasão na pós-graduação ou sobre o não ingresso em decorrência do desempenho das atividades domésticas e de cuidado familiar, em especial por conta da maternidade. A eventual não ocupação ou mesmo a impossibilidade de produção acadêmica por mulheres que se tornaram mães, por um lado priva a todos do conhecimento sobre este viés no campo do saber científico e por outro, torna-se um elemento que se não considerado, finda por prejudicar sobremaneira a carreira acadêmica dessa mulher.

Partindo da necessidade de refletir sobre as consequências do evento maternidade na produção da ciência, o presente ensaio se debruça analiticamente sobre o estudo de caso do movimento de inclusão da maternidade na Plataforma Lattes, com o auxílio do lastro teórico relativo à tese de objetividade forte construída por Harding. Essa demanda foi formalizada pelo grupo *Parent in Science* que, em breve síntese, pleiteou a criação de um campo específico para incluir os dados da maternidade no currículo Lattes.⁵

A Plataforma Lattes é uma base de dados integrados de currículos, grupos de pesquisas e instituições de ensino, geridas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - entidade ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para incentivo à pesquisa no Brasil. Além de ser um banco de dados importante para a elaboração de políticas pelo Ministério, o Lattes é a plataforma adotada pela maioria das instituições de fomento como critério para concessão de bolsas para pesquisadores (as). Pela sua relevância no meio acadêmico, um “apagão” de produção científica representa prejuízo na concorrência por uma bolsa de pesquisa. Não é surpresa que uma pesquisadora em período de licença-maternidade, e nos primeiros anos de cuidados a um recém-nascido, não consiga produzir na mesma intensidade, mas, sem um campo específico para que a pesquisadora possa indicar o motivo da queda da produtividade, o “apagão” em sua produção científica permanece sem qualquer esclarecimento ou até mesmo subsídios para viabilizar a continuidade de seus projetos.

⁴ A publicação do IBGE sobre a síntese de indicadores sociais da população brasileira, do ano de 2021, acessível por meio do link: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>, Acesso em: 21 mar. 2022, realizou a pesquisa educacional nesta faixa etária.

⁵ O grupo de cientistas formalizou a demanda por meio da carta disponível em: <https://www.scielo.br/j/aabc/a/CY3cBBZgryTmrMDFcDM3Pc/?lang=en>. Acesso em: 21 mar. 2022.

A objetividade forte é uma teoria pensada por Harding que, em linhas gerais, questiona o conceito tradicional de objetividade que exclui saberes produzidos por grupos não dominantes - entre eles, as mulheres. A divisão sexual do trabalho limita as mulheres ao desempenho de tarefas do lar e de cuidado, de forma que os espaços científicos não lhe foram naturalmente dados. Essa exclusão permeia diversos elementos, a exemplo da Plataforma Lattes. Em que pese a Plataforma existir desde 1999, somente em 2021 - mais de 20 (vinte) anos depois - foi permitido indicar que a pesquisadora saiu em licença maternidade. Há de se destacar, ainda, que a mudança foi fruto da reivindicação das mulheres mães que pesquisam e produzem ciência, como já ocorreu em tantas outras fases da história das mulheres e a conquista de seus direitos e lugares de fala.

Assim, as autoras estruturaram esse ensaio tendo como pressuposto básico um repensar epistemológico da produção científica tendo em conta marcadores interseccionais a questão do gênero, cor e de classe, como fundamentais para pensar a noção de objetividade forte que revelam a necessidade de se conceber a ciência para além da noção moderna de uma atividade apartada de valores, pontuando as questões de gênero e da maternidade, em especial no âmbito da Academia.

Objetividade forte, o conhecimento científico e o acesso à educação profissional às mulheres mães

É possível contestar o método científico a partir da análise crítica de como o resultado de uma pesquisa é alcançado. Neste tema, diante da dificuldade de acesso de parte da sociedade à academia e à pesquisa, é plausível questionar a ciência e os interesses do conhecimento. Sob este aspecto, partindo da premissa de que mulheres mães possuem dificuldades estruturais de ingresso e permanência na academia, acesso à educação profissional e contribuição para pesquisa e ciência, há de ser ponderado os resultados que se inclinam a uma narrativa homogênea dominante.

Neste sentido, Harding propõe que repensemos a epistemologia, entendida como uma “teoria consagrada do conhecimento” (HARDING, 1993, p. 27), através do que a autora chama de objetividade forte. Uma das questões levantadas pela autora é a crítica feminista ao que ela indicou como sendo uma produção científica enviesada pela perspectiva masculina, que distorce a produção do saber desde a elaboração do projeto da pesquisa, perpassando por todos os passos seguintes.

O problema com a concepção comumente dotada de objetividade, seria⁶:

(...) O problema com a concepção convencional de objetividade não é que ela seja muito rigorosa ou muito "objetificante", como alguns argumentaram, mas que ela não é suficientemente rigorosa ou objetivante; é muito fraco para atingir até mesmo os objetivos para os quais foi projetado, sem falar nos projetos mais difíceis exigidos pelo feminismo e outros novos movimentos sociais. (HARDING, 1996, p. 50/51). (tradução livre das autoras)

Ainda na visão de Harding, o que contrapõe a objetividade forte é a objetividade fraca, entendida como aquela estabelecida e aplicada por grupos dominantes, sem que eles tenham a necessidade de rever criticamente seus próprios compromissos históricos (HARDING, 1991). Ela é fraca à medida em que propõe uma falsa noção de imparcialidade na produção do saber científico, que é excludente de grupos em situação de vulnerabilidade. A objetividade forte, por sua vez, seria uma forma de produzir um saber científico que inclua o outro, o excluído, ao revés de apenas contar a história pela perspectiva do lado vencedor. Harding usa o termo "*outsiders within*"⁷ para refletir sobre o lado de dentro e o de fora e a mistura deles para realizar uma interpretação sobre algo. A autora, ao indicar hierarquização social em razão do gênero, aponta a importância das mulheres poderem falar sobre as suas experiências para que homens e mulheres possam aprender.

No mesmo sentido, "*Outsiders within*" é um termo que também aparece na obra de Collins. O artigo originalmente nomeado "Aprendendo de fora para dentro: o significado sociológico do pensamento feminista negro"⁸ começa com Collins (2016) contextualizando a realidade de muitas mulheres negras que trabalham nas casas de famílias brancas e que, ao longo da relação, acabam "virando" membras da família, ainda que não pertençam a ela. Esse lugar e ao mesmo tempo "não lugar", pela ausência da noção de pertencimento, daria significância ao que alguns tradutores indicam como sendo "forasteiras de dentro".

Collins ao chamar a atenção para a necessidade da mulher negra também ser considerada como agente de produção do saber e não apenas um objeto a ser analisado, há um diálogo direto com o que Harding propõe com a objetividade forte. Isto porque:

(...) A abordagem sugerida pelas experiências das *outsiders within* é de que os intelectuais aprendam a confiar em suas próprias biografias pessoais e culturais como fontes significativas de conhecimento. Ao contrário de abordagens que exigem submergir essas dimensões do self durante o processo de se tornar um cientista social objetivo, supostamente não enviesado, as *outsiders within* reintroduzem essas formas de conhecimento no procedimento de pesquisa. (COLLINS, 2016, p. 123)

⁶ Do original: (...) *The problem with the conventional conception of objectivity is not that it is too rigorous or too "objectifying" as some have argued, but that it is not rigorous or objectifying enough; it is too weak to accomplish even the goals for which it has been designed, let alone the more difficult projects called for by feminism and other new social movements.* (HARDING, 1996, p.50/51).

⁷ Em tradução livre, "estranhos de dentro".

⁸ "Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought".

Matos, partindo dos ensinamentos de Harding, acerca das epistemológicas feministas, defendeu que nesse espaço cabe refletir o próprio entendimento sobre o que é conhecimento, quem o conceitua e como ele é entendido pelo sujeito (MATOS, 2020). Em que pese a multiplicidade de entendimentos sobre epistemologias feministas, a autora sintetizou o que há de comum em várias delas:

1. *Ênfase na relevância epistêmica da dimensão de gênero, raça, classe etc.* (recentemente também associada às suas múltiplas e complexas intersecções (...));
2. *Uso do gênero* (e de raça/classe e sexualidade, no mínimo) *como categoria(s) analítica(s)* em suas discussões, críticas e reconstruções de práticas, normas e ideais epistêmicos;
3. *As epistemologias feministas não são facilmente determináveis* porque elas não têm um único critério para validação científica. Isso porque as abordagens feministas da epistemologia tendem a compartilhar uma ênfase nas maneiras pelas quais o(a) sujeito(a)s conhecedore(a)s são particulares e concretos, em vez de abstratos e universalizáveis.
4. *Levam profundamente a sério as maneiras pelas quais todo(a)s e o(a)s conhecedore(a)s está(ão) emaranhados em relações sociais e políticas que são geralmente hierárquicas*, ao mesmo tempo que são histórica e culturalmente específicas.
5. Além disso, as epistemologias feministas assumem que as formas pelas quais a(o)s conhecedora(e)s *são constituídos como sujeito(a)s particulares*. E essa constituição própria produz impactos que são muito significativos para todos os problemas epistemológicos, tais como questões sobre: validação e garantia do conhecimento científico, construção de evidências, justificativas para a construção das diferentes teorias, bem como para nossa compreensão sobre termos como “objetividade”, “racionalidade” e “conhecimento”. (itálico original) (MATOS, 2020, p. 126).

Ao analisar a obra de Harding, Aymore indicou como o afastamento das mulheres enquanto produtoras do saber científico desvirtua a representação de suas existências. O que também pode ser refletido acerca das mulheres negras, que são ainda mais especialmente vulnerabilizadas na nossa sociedade, calcada em percepções sexistas e racistas. No aspecto reprodutivo, a sua principal conceituação diz respeito ao reconhecimento enquanto um problema a ser resolvido, tal qual uma doença. Assim, a produção do saber científico, para uma objetividade forte, não deve tentar homogeneizar quem pesquisa, ignorando a influência das subjetividades no fazer ciência. A diversidade de valores deve ser perseguida no meio científico, de forma a abarcar as produções e saberes de grupos vulneráveis, tais quais as mulheres e minorias étnicas.

A etnografia é exemplar desses esforços críticos, tendo, na década de 1970, procurado demonstrar a confiabilidade das pesquisas qualitativas, em um contexto que considerava a pesquisa quantitativa como promotora da ciência livre de valores e, portanto, da objetividade fraca.

Além disso, os pressupostos androcêntricos prejudicaram o desenvolvimento da objetividade forte. Na biologia, na pesquisa médica e na saúde, por exemplo, o corpo feminino foi concebido como distinto do masculino devido aos sistemas hormonal e reprodutivo, bem como pelo tamanho menor do cérebro e aparente limitação das funções cerebrais femininas. A menstruação, a gravidez, o parto e a menopausa foram

tratados como problemas cuja solução é provida pelas indústrias médica e farmacêutica. Outro caso advém das ciências sociais, em que a atividade e os comportamentos femininos sequer foram tratados, ou foram mal representados, insinuando que apenas as relações de gênero importavam na representação da condição das mulheres. (AYMORE, 2017, p. 178).

Na visão de Tina Chanter, todo esse arcabouço teórico trazido por Harding na tentativa de construção de uma “intervenção feminista na ciência” visa ampliar a participação e perspectiva femininas na ciência e diminuir a “tendenciosidade androcêntrica”, já que o empirismo feminista contribuiria com a produção de resultados de pesquisa com posições menos dominantes. Em síntese, deveríamos buscar, com Harding, uma forma de “maximizar a objetividade” (CHANTER, 2011, p. 91/95).

Ainda que muitos autores e filósofos posteriormente tenham acrescentado outras reflexões críticas ao pensamento e proposta de Harding sobre a objetividade, a necessidade de superação das desigualdades estruturais ainda vigentes no plano da academia e educação profissional e científica brasileira levam à sustentação da ideia de Harding como alternativa teórica para uma tentativa de inclusão desta minoria social, qual seja, as mulheres mães na academia, em especial as mulheres negras. Neste mesmo sentido, Narayan diz que:

A epistemologia feminista sugere que a integração da contribuição das mulheres para o domínio da ciência e do conhecimento não constituirá um mero acréscimo de detalhes; ela não ampliará simplesmente o quadro, mas resultará em uma mudança de perspectiva que nos permite ver algo bem diferente. A inclusão da perspectiva das mulheres não se resumirá apenas à participação delas em um maior número na prática existente da ciência e do conhecimento, mas mudará a própria natureza dessas atividades e de sua autocompreensão (NARAYAN, 1997, 256, *apud* CHANTER, 2011, 98).

Assim, romper com o senso comum das mulheres enquanto pessoas mais detalhistas, por exemplo, e demarcar o seu lugar enquanto seres com vivências e percepções fundamentais e estruturalmente diferentes é o que sustenta a necessidade da sua inclusão no meio acadêmico e científico.

Dados sobre a construção do ideal de maternidade

Ao analisar a historicidade do dispositivo da maternidade, Zanello apresentou argumentos no sentido de que o ideal de maternidade surgiu no século XVIII. Antes disso, era aceitável socialmente que as mães (brancas) biológicas não fossem as responsáveis pelos cuidados dos filhos. Essa inversão de valor advém da necessidade do capitalismo em garantir que as crianças sobrevivessem para, no futuro, servir de mão de obra (ZANELLO, 2018).

Zanello segue afirmando a importância da Igreja na criação de um ideal materno ao

redor da função da mulher na sociedade. Contudo, o que chama atenção é a incorporação dos ideais religiosos à medicina. Sob o argumento do discurso científico, a medicina reduziu mulheres aos seus úteros, afirmando que dele partia quase todos os males femininos, que só a procriação poderia curar. “(...) O discurso médico configurou-se como um olhar interessado, masculino, estigmatizador, que construiu um saber sobre os corpos das mulheres, retirando delas sua própria voz” (ZANELLO, 2018, p. 132). Assim, a maternidade científica, pensada a partir de pesquisadores homens, com interesses de domesticar as mulheres, é apenas mais um dos exemplos da importância da perspectiva feminista e de gênero na produção do saber.

Outro exemplo dado por Harding e retomado por Aymore de como um meio científico excludente impacta na reprodução de informações distorcidas diz respeito à explicação sobre índices de natalidade: “Outro exemplo advém da demografia, que durante décadas correlacionou a pobreza a altos índices de natalidade, atribuindo a culpa do aumento da população à ignorância e à irresponsabilidade reprodutiva feminina.” (AYMORE, 2017, p. 180).

Um estudo que analisou os impactos da pandemia no exercício profissional de advogadas mães apresentou elementos de como a sobrecarga materna se agravou nesse período (ABREU; ALMEIDA, 2022). De forma que, como efeito esperado da realidade supramencionada, durante a pandemia de Covid-19 houve um agravamento na disparidade também entre homens e mulheres que produzem ciência, surgindo também uma especial desproporção entre os pesquisadores e pesquisadoras que possuem filhos, em oposição àqueles sem filhos.

De acordo com um estudo realizado pelo grupo *Parent in Science*, dentre os docentes que conseguiram trabalhar remotamente, a maioria que teve êxito era homem sem filhos, seguido de mulheres sem filhos, homens com filhos e mulheres com filhos, sucessivamente. A análise específica sobre raça, por sua vez, demonstrou que homens, brancos ou negros, conseguiram em maior número trabalhar em comparação com as mulheres - estando mulheres negras (8,1%) quase equiparadas a mulheres brancas (8,2%). De forma que, quando analisado o êxito no trabalho remoto, ter ou não filhos se mostrou mais impactante que a questão racial. A influência da responsabilidade para com um filho como fator relevante também foi confirmada entre os (as) pós-doutorandos(as) que estão conseguindo trabalhar remotamente, tendo em vista que 37,6% são homens sem filhos; 25,1% mulheres sem filhos; 4,2% homens com filhos; e, 2,2% mulheres com filhos. A mesma ordem também foi encontrada entre os (as)

alunos(as) de pós-graduação⁹.

Considerando o recorte aqui apresentado, no que diz respeito à licença maternidade, é importante destacar que quanto mais novo o filho, maior a disparidade de produção entre homens e mulheres. Isto porque, quando analisadas as submissões de acordo com a idade dos filhos, 61,1% dos homens conseguiram submeter artigos científicos como planejados, contra 32% das mulheres. Na faixa etária do filho de 13 a 18 anos, por exemplo, esse percentual fica equiparado entre ambos, de forma que, a princípio, é na fase da primeira infância que as mulheres ficam mais prejudicadas nas suas vidas profissionais.

O estudo produzido pelo *Parent in Science* foi conclusivo no sentido que:

- Especialmente para submissões de artigos, mulheres negras (com ou sem filhos) e mulheres brancas com filhos (principalmente com idade até 12 anos) foram os grupos cuja produtividade acadêmica foi mais afetada pela pandemia.
- A produtividade acadêmica de homens, especialmente os sem filhos, foi a menos afetada pela pandemia. (PARENT IN SCIENCE, 2020, p. 12)

Bitencourt (2013) chama esses elementos inerentes à consolidação da carreira como cientista e pesquisador(a), tais quais as publicações, participação em projetos de pesquisa, eventos, dentre outros, de “Capital Científico”. A pesquisa desenvolvida por Silva confirmou a vulnerabilidade das mulheres mães, através da insatisfação das pesquisadoras que se encontravam naquela categoria com as suas próprias produções: “Há aqui um paradoxo sobre o papel de mãe negra na academia, pois esta não deve ser limitada a sua função materna, mas também não pode ser exigida sob condições que ignorem o fato de que ela é mãe.” (SILVA, 2020, p. 120). Para a autora, as mulheres mães negras têm menor capital científico que as demais pessoas.

Mãe, negra, cientista: muitas são as identidades que especialmente vulnerabilizam as mulheres e, aqui, o elemento da interseccionalidade revela-se como determinante nesse processo de vulnerabilização. Crenshaw (2002), concebe a ideia de interseccionalidade para expor as diferentes formas de opressão sofridas pelas mulheres, tais como gênero, classe e raça, através da metáfora. Somente a partir da interseccionalidade o direito pode abarcar todas as necessidades de todas as mulheres:

A garantia de que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos baseados no gênero exige que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres. Como as experiências específicas de mulheres de grupos étnicos

⁹ Este foi um dos estudos realizados pelo movimento Parent In Science para analisar os efeitos do isolamento social na produtividade científica, ainda em 2020. Disponível em https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true. Acesso em: 22 mar. 2022.

ou raciais definidos são muitas vezes obscurecidas dentro de categorias mais amplas de raça e gênero, a extensão total da sua vulnerabilidade interseccional ainda permanece desconhecida e precisa, em última análise, ser construída a partir do zero (CRENSHAW, 2002, p. 174).

É imprescindível a utilização da ideia da interseccionalidade para verificar as diversas maneiras de opressão vivenciadas por mulheres diversas, e as particularidades de suas demandas, como é o caso das mulheres que se tornam mães, uma vez que há desigualdade e silenciamento dentro do próprio gênero feminino. A ideia de interseccionalidade, assim, exige a observação das diferentes formas de opressão baseadas no gênero quando o mesmo se intersecciona com outras identidades. Essas mulheres transitam em diferentes espaços, misturando a esfera pública (vida profissional) e a privada (realização de tarefas de cuidado familiar), o fora e o dentro. Tal qual o conceito de “*outsiders within*”. A vivência específica dessas mulheres, agravada quando pensada em outras interseções como raça e classe, traz maior relevância para a sua ocupação na produção do saber científico, notadamente pela maior possibilidade delas romperem com a falsa noção de imparcialidade científica.

Maternidade, academia e educação profissional

A discussão do exercício da maternidade como um direito ainda é um desafio, a partir do momento que socialmente se entende que essa já é uma possibilidade dada, “(...) inclusive como prerrogativas fundamentais ou essenciais da existência das mulheres.” (ÁVILA, 2019, p. 163). Hooks questiona a centralidade do debate feminista em torno do aborto, por entender que essa é uma pauta de mulheres brancas que não sofrem na mesma intensidade outras violências à garantia dos seus direitos reprodutivos (que englobam concepção, contracepção, acompanhamento de saúde, parto, dentre outros). Ávila (2019), socióloga brasileira, também defende que no aspecto teórico e político, a redução do debate polarizando a maternidade compulsória de um lado e, do outro, os métodos de contracepção não davam conta das garantias dos direitos reprodutivos a serem defendidos para as mulheres.

Biroli indica que o motivo pelo qual uma parte do feminismo tecer críticas à maternidade decorre da sua intrínseca relação histórica com a divisão sexual do trabalho. De forma que a maternidade “(...) se transforma em fator de vulnerabilidade para as mulheres.” (BIROLI, 2018, p. 107). Justamente por entender o exercício da maternidade como um elemento que especialmente vulnerabiliza mulheres é que a luta por igualdade deve incluir as mães no que se refere a ocupação de outros espaços, que não aqueles tipicamente naturalizados como sendo da mãe e até mesmo da criança.

Müller analisou a legislação envolvida na área da educação para mulheres e mães e as políticas públicas educacionais existentes, e entrevistou alunas e professoras gestantes/mães de universidades públicas no Estado do Rio de Janeiro. As entrevistadas apontaram falta de apoio institucional para a promoção de um espaço acadêmico acolhedor para as mães e suas crianças, políticas públicas insuficientes e ineficientes, discriminação e até mesmo assédio moral (MÜLLER, 2018). No estudo, conclui-se que apesar dos avanços no plano normativo, as políticas públicas não acompanharam os direitos consagrados na Constituição Federal e legislação correlata, e “as histórias de exclusão, a cultura acadêmica e os marcadores sociais se repetem em todas as entrevistas e comprovam não se tratar de experiências pessoais isoladas, mas de um problema com raízes estruturais” (MÜLLER, 2018, p.123). Ainda, a necessidade estrutural de creches institucionais é lembrada como uma das condições ligadas diretamente à educação profissional das mães nos espaços acadêmicos, que, por essência, deveriam ser inclusivos *per si*¹⁰.

Neste sentido, é essencial lembrar que a educação profissional de mulheres e a reivindicação por creches institucionais são temas indissociáveis. Sobre o tema, Teles afirma que, apesar dos avanços obtidos pelo Movimento de Lutas por Creches, que obteve uma grande vitória ao ter incluído na Constituição Federal a creche como direito das crianças pequenas, “há uma resistência em integrar as creches ao sistema educacional” (TELES, 2018, p.176). Ribeiro também se posiciona ao afirmar que “falar de lutas por creches é essencialmente falar de mulheres que mais sofrem com a omissão do Estado e se veem desamparadas em vários sentidos e com menos possibilidade de transcendência”, e lembra que, dentro deste contexto, as mulheres negras e pobres são as mais invisibilizadas, e as que suprem essa demanda reprimida por creches, “trabalhando como babás e domésticas, e, mais uma vez, precisando lutar para ter um local para deixarem seus filhos”. (RIBEIRO, 2018, p. 65/66)

No mesmo sentido, a questão da falta de sentimento de pertencimento alcança especialmente as mulheres negras, que são o extremo oposto do homem branco - para quem a academia foi pensada (SILVA, 2020). Analisando especificamente a realidade das mães negras, Silva (2020), apurou que a maioria das entrevistadas no seu estudo estava dentro da faixa etária de 30 a 40 anos. A autora levantou a hipótese dessa faixa representar uma lacuna entre o momento da conclusão da graduação e o início de um curso de pós-graduação em decorrência da necessidade de despender cuidados à família. A presunção da autora tem seu mérito, considerando a idade reprodutiva das mulheres. Silva verificou, ainda, que as mulheres negras

¹⁰ Neste aspecto, cabe relembrar a icônica frase presente na história de luta das mulheres por seus direitos e que lembra que “reforma política é creche”.

eram maioria com o status de “mãe solteira”.

Ainda sobre a questão da negritude no meio acadêmico, Barreto *et al* (2020) apontaram uma informação de suma importância: a discussão de políticas de ação afirmativa. Os anos de 1993 a 2013 foram indicados como o período correspondente ao aumento da produção acadêmica na área de ciências sociais. A data inicial é importante para retomar a informação de que, a partir do Décimo Relatório Relativo à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, enviado pelo Governo Brasileiro às Nações Unidas, foram reconhecidas práticas racistas, o que impulsionou a criação do GTI – Grupo Interministerial de Trabalho para a Valorização da População Negra em 1996 (VIEIRA, 2006). Atualmente, no âmbito federal, a política de cotas se encontra positivada pela Lei nº 12.711/2012.

O artigo de Barreto *et al* (2020) ainda trouxe dados sobre a ampliação dos programas de pós-graduação em todo o território nacional. A ampliação do acesso à pesquisa para a população é um ganho fundamental e complementar à política de cotas. Não é apenas garantir um acesso a um ensino com fins de entrada no mercado de trabalho. Ao revés, é também a abertura de portas para a pesquisa, o saber científico, o lugar de não lugar de objeto de estudo, mas de produção de saber, tal qual pressupõe a objetividade forte sustentada por Harding. No campo da educação, em 2003, houve outro avanço normativo com a promulgação da Lei nº. 10.639, que incluiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo da educação nacional. Em que pese muitos autores questionem a implementação desse ensino, em pontos como a capacitação profissional e a necessidade da temática transversalizar todas as disciplinas ao invés de ser uma matéria isolada, ter essa previsão na grade curricular é algo que pode influenciar a forma pela qual pessoas negras se envolveram com o saber acadêmico.

Outro ponto destacado por Barreto *et al* (2020) é a intersecção entre os estudos envolvendo as questões raciais e de gênero e sexualidade. Retomando o estudo de Silva (2020), é importante destacar o dado de que mulheres brancas tiveram sua primeira maternidade na faixa dos 31 a 40 anos, as negras, por sua vez, entre 21 a 30 anos. De forma que as mulheres brancas, preponderantemente, engravidam após a conclusão da graduação, especialmente no Doutorado. Havendo, assim, um privilégio no acesso aos meios contraceptivos, informações e outras variáveis que impactam diretamente na possibilidade de adiamento da maternagem/maternidade. Devendo ser retomado o que foi defendido por Hooks (2018) sobre a necessidade do entendimento dos direitos reprodutivos de forma mais ampla, de forma a possibilitar o atendimento às demandas das diferentes mulheres.

A maternidade não cabe no lattes

A partir da concepção foucaultiana sobre dispositivos, Araújo e Manzano (2020) se debruçaram sobre o que elas chamaram de “dispositivo da maternidade na ciência” ao analisarem o documentário Fator F, produzido pelo canal do YouTube Gênero e Número¹¹. Zanello (2018) também trabalhou com a concepção de dispositivo para refletir sobre as pautas de gênero sobre saúde mental, subjetivação, relacionamentos amorosos, maternagem e masculinidade. Quanto ao denominado “dispositivo materno”, a autora sustenta que a escolha por essa nomenclatura parte da necessidade de desassociar a capacidade de procriação da prática de cuidados destinados aos filhos. Isto porque, entender ambos como sendo a mesma coisa e, conseqüentemente, algo natural das mulheres, a elas - e somente a elas - será exigido o exercício das funções de cuidado.

Retomando o que já foi dito aqui sobre a importância dos direitos reprodutivos serem entendidos de forma ampla, necessário se faz também desnaturalizar as funções de cuidado como sendo exclusividades das mulheres, mesmo daquelas que optam pela maternagem. Isto porque, não é porque uma mulher é mãe que ela está restrita ao âmbito doméstico e, conseqüentemente, com a vida profissional inviabilizada.

Para Araújo e Manzano (2020), o fortalecimento do debate sobre maternidade na ciência teve como origem a aprovação da Lei n. 13.536, em dezembro de 2017. Através dela foi expressamente garantido o direito à prorrogação das bolsas de estudo concedidas pelas agências de fomento à pesquisa para os casos de maternidade ou adoção¹², o que algumas agências já faziam por meio de portarias.

A crítica feita por Araújo e Manzano (2020) se consubstancia no fato de que, ainda que haja a prorrogação da bolsa, durante o período da licença maternidade, as pesquisadoras seguiam sendo avaliadas na mesma maneira quanto à sua produtividade, para fins de concursos e concessões de bolsas futuras. Assim, em 2018 foi enviada uma carta ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em que o grupo de pesquisadoras denominado *Parent in Science* reivindicaram maior igualdade para as mães, de forma que pudessem justificar nos seus currículos a queda de produtividade no período da licença.

¹¹ Fator F. Gênero e Número. 25 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RukTR9VHcUg&t=27s>. Acesso em: 5 nov. 2021.

¹² Na maternidade em que foi realizado o parto da filha de uma das autoras houve uma palestra sobre os direitos das gestantes. Falou-se sobre as com carteira assinada e as autônomas, apenas. Anotou-se o número da lei e informou-se que as pesquisadoras também tinham direito. Em que pese os avanços na legislação, ainda falta uma maior publicização desse direito, não apenas dentro da academia, mas também na sociedade de modo geral.

Bitencourt (2011), em um aspecto macro problematiza a própria dinâmica da academia que passou a pressionar os pesquisadores por uma maior produtividade, exigindo prazos mais taxativos. Tal dinâmica, em que a pesquisa seria um meio e não um fim, alterou a forma pela qual o desenvolvimento científico se desenvolve atualmente. Porém, as mulheres mães precisam de especial atenção no que se refere à exigência da manutenção da produtividade, mesmo no período de licença, uma vez que isso fortalece o discurso da incompatibilidade do maternar com o pesquisar.

A partir da formulação enunciativa que instaura um discurso sobre a maternidade como prejudicial à carreira, é possível observar efeitos de sentido sobre o que não se diz, mas que, igualmente, aciona uma memória discursiva que constrói a subjetividade da mãe e da maternidade: a carreira profissional é prejudicial à maternidade. Ou ainda: maternidade e carreira científica são incompatíveis. Essa memória discursiva (re)atualiza o sentido de lugar privado legitimado como exclusivo e único para a mulher mãe, o que, em certa medida, deslegitima a maternidade como possibilidade no campo do trabalho científico. (ARAÚJO; MANZANO, 2020, p. 1193)

A discussão sobre o que é produtivo na nossa sociedade não pode deixar de considerar a divisão sexual do trabalho. Por ela, mulheres e homens são distinguidos pelas funções sociais que desempenham: a elas, o âmbito doméstico e o cuidado não (ou mal) remunerado; a eles, o âmbito externo e o trabalho formal. Bitencourt (2011), apontou que, ainda que as mulheres possuam maior titulação, elas publicam menos e, no meio científico, o menor número de publicações indica menor produtividade. Uma das hipóteses trabalhadas pela autora para justificar esse fenômeno é precisamente os reflexos do casamento e maternidade na vida das mulheres. Inclusive, Bitencourt (2011) trouxe uma crítica ao trabalho de Jonathan Cole, que defendia a neutralidade da ciência sobre o gênero. Cole teria defendido que o que impacta na produção científica é a motivação, não as subjetividades de quem pesquisa.

Não apenas os argumentos contrários à relevância da subjetividade de quem pesquisa não se sustenta, como a ocupação do meio científico por grupos de vulneráveis têm exigido mudanças na estrutura da academia. Os resultados dos levantamentos pelo *Parent in Science* acerca dos impactos da parentalidade na carreira científica levou as agências de fomento e universidades do Brasil a incluir uma chamada “cláusula de maternidade”. Através dela, há o cômputo de maior período de análise ou um fator de correção visando equiparar os critérios de produção das mães. O que impacta na análise dos currículos e possibilidade de obtenção das pesquisadoras mães virem a obter bolsas de pesquisa (PARENT IN SCIENCE, 2021).

Outro aspecto a ser considerado é a permanência nos cursos de pós-graduação. Poucos são os estudos que se debruçaram sobre a evasão nessa fase, ainda mais levando em consideração o recorte de gênero.

Ademais, as políticas adotadas pela CAPES para a redução das evasões, bem como do tempo para a titulação, mostram a concepção de pós-graduação do órgão gestor voltada para a manutenção de um sistema de elite, na medida em que se baseia na indução por meio de uma avaliação apoiada em uma lógica de meritocracia. (MAGALHÃES; REAL, 2020, p. 12)

Para as autoras, as políticas de avaliação pautadas na meritocracia desconsideram os diferentes motivos que levam os alunos a evadirem. Os exemplos trabalhados no artigo tangenciam as cotas e medidas visando a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, majoritariamente na graduação. A crítica feita diz respeito a descontinuidade dessas propostas na pós-graduação, o que impediria que aqueles alunos, que já se encontravam vulneráveis na graduação, de continuidade aos seus estudos ao invés de imediatamente buscar o mercado de trabalho fora da produção científica. Entendendo a maternagem como fator de vulnerabilidade, a mesma falta de acolhimento se aplica às mulheres mães - para quem a lógica meritocrática na proposta avaliativa atual não está servindo.

A falta de dados sobre evasão e não ingresso na pós-graduação impede inclusive uma maior reflexão sobre a remuneração dos pesquisadores, afinal, “(...) trabalhar por salários baixos não libertava mulheres pobres da classe trabalhadora da dominação masculina” (HOOKS, 2018, p. 81). De forma que ao ser defendida uma ciência materna, deve ser pensado aspectos de ingresso, permanência e remuneração para uma inclusão realmente efetiva.

Considerações finais

Mulheres mães experimentam dificuldades ainda não superadas para ingresso e permanência na academia e na produção científica. Muitos estudos têm sido realizados ao longo dos últimos anos para dar luz a essa realidade e desigualdade de gênero dentro da academia, a exemplo das autoras e estudos supramencionados e do movimento *Parent In Science*.

A defesa da ideia da objetividade forte trazida por Harding se apresenta pertinente na medida em que defende a necessidade de inclusão deste grupo de mulheres na ciência e na produção científica, em especial as mães negras, recorte mais vulnerável dentro do grupo de mulheres.

A partir da realidade estudada, reivindicar espaço e defender um método científico que seja analisado a partir da perspectiva de mulheres mães, ainda que este grupo não seja o único excluído da narrativa homogênea dominante, certamente contribui para o avanço da ciência e da sociedade, a fim de que sejam também revistos princípios, crenças e valores atuais.

A maternidade como um direito da mulher não é comumente discutida, em razão da sociedade comumente entender que esse é mesmo o papel social que as mulheres devem

desempenhar. Contudo, “mãe” não deve ser a única identidade de uma pessoa, de forma que a maternidade não deve significar a não-ocupação de outros espaços, como a ciência.

Há de se refletir, assim, aspectos da importância do ingresso e da manutenção de mulheres mães na Academia. Para tanto, a produtividade do trabalho formal não pode ser igualmente exigida de homens e mulheres, que socialmente estão em posições desiguais no acúmulo de outras funções domésticas e de cuidado. A mulher pesquisadora que materna continua produzindo, ainda que esse trabalho não caiba no Lattes.

Dialogar os estudos de gênero e sexualidade com as questões raciais representa um ganho enorme e necessário para a análise da realidade brasileira. O aumento no número de estudos com essa perspectiva indica que a ocupação do meio acadêmico por pessoas negras e, especialmente mulheres negras - que não possuem apenas uma identidade vulnerabilizante - alteram as temáticas abordadas na produção acadêmica. Daí decorre a relevância da objetividade forte. Quando grupos vulnerabilizados têm suas vozes ouvidas na ciência, seus saberes se incorporam à própria ciência.

É inegável que a luta do grupo *Parent in Science* significou importantes avanços nos direitos das mães pesquisadoras, porém, nesse momento, ao fazer a consulta pública ao Lattes de uma pessoa não é possível constatar se ela saiu ou não de licença maternidade. Ou seja, somente as instituições de ensino e as agências de fomento devem ter acesso a esse dado, o que dificulta que pessoas de fora usem o instrumento para incentivar a contratação de mães.

Algumas sugestões possíveis seriam a abertura dessa informação para o público geral e a inclusão desse dado dentre os filtros a serem selecionados na hora de realizar uma busca na plataforma do CNPq. Assim, ao invés dessa informação servir apenas para equiparar mulheres mães aos demais pesquisadores, poderia servir também como um mecanismo que poderia estimular a maior empregabilidade dessas pessoas.

A pesquisa aponta igualmente para a necessidade do desenvolvimento de mais estudos sobre evasão e ingresso de mulheres mães de forma a levar uma produção de dados que venha a melhor viabilizar não apenas a permanência, mas o aumento de mulheres mães na ciência.

Avançou-se, mas ainda há um longo caminho a ser trilhado em direção à igualdade.

Referência

AYMORE, Débora. Resenha do livro de Sandra Harding: “Objetividade forte como alternativa à ciência livre de valores”. *Scientle Studis*, São Paulo, v. 15, nº. 01, p. 175-86, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ss/article/view/133650/129622> . Acesso em: 03 de jan. 2022.

ARAÚJO, Lígia Mara Boin Menossi de. MANZANO, Luciana Carmona Garcia. Identidades e (não)lugares da maternidade na ciência: discursos e contra-discursos nas mídias contemporâneas. **Estudos Linguísticos** (São Paulo, 1978), v. 49, n. 3, p. 1185-1199, dez. 2020. Disponível: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2644/1884>. Acesso em: 5 nov. 2021.

ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 163-176.

BARRETO, P; RIOS, F; NEVES, P.; SANTOS, D. A produção das ciências sociais sobre as relações raciais no Brasil entre 2012 e 2019. **BIB**, São Paulo, n. 94, 2020, pp. 1-35. Disponível em: http://anpocs.com/images/BIB/n94/Bib94_Paula1.pdf . Acesso em: 14 maio 2021.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BITENCOURT, Silvana Maria. **Candidatas à ciência: a compreensão da maternidade na fase do doutorado**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 340. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95888/290511.pdf?sequence=1&isAllOwed=y> . Acesso em: 08 jan. 2022.

BITENCOURT, Silvana Maria. **Maternidade e carreira: reflexões de acadêmicas na fase de doutorado**. Jundiaí: Paco, 2013.

BRASIL. Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 10 de janeiro de 2003.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 30 de agosto de 2012.

BRASIL. Decreto Lei 13.536 de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção. Brasília: **Diário Oficial da União**, 18 dez. 2017.

CHANTER, Tina. **Gênero: conceitos-chave em filosofia**. Trad. Vinicius Figueira; rev. tec: Edgar da Rosa Marques - Porto Alegre: Artmed, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 1, 2002.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 01, jan./abr. 2016, p. 99-127. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzsGrvmFTKfqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 jan. 2022.

HARDING, Sandra. “Strong objectivity and socially situated Knowledge”. In: HARDING, Sandra. **Whose Science? Whose knowledge?** New York: Cornell University Press, 1991.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, n.º. 01, 1993, p.7-32. Disponível em: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf> . Acesso em: 03 jan. 2022.

HARDING, Sandra. “Rethinking Standpoint Epistemology: What is Strong Objectivity?”. In: KELLER, Evelyn Fox & LONGINO, Helen E, (eds.), **Feminism & Science**, Oxford: Oxford University Press, 1996, pp. 235-248.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Trad. Ana Luiza Libânio. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

MAGALHÃES, Ana Maria da Silva. REAL, Giselle Cristina Martins. A evasão no contexto da expansão da pós-graduação *stricto sensu*: uma discussão necessária. **Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis. v. 38, n. 2, p. 01-18. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e62019/pdf> . Acesso em: 08 jan. 2022.

MATOS, Marlise. Epistemologias crítico-feministas de gênero e raça: contribuições e desafios para as ciências e a pesquisa no Brasil. In: MIGUEL, Luis Felipe. BALLESTRIN, Luciana (org.). **Teoria e política feminista: contribuições ao debate sobre gênero no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

MÜLLER, Mônica Sirieiro Abreu. **O impacto da maternidade na academia: Uma análise multidisciplinar nos campos do Direito e das Políticas Públicas sobre as mães em universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

MÜLLER, Mônica Sirieiro Abreu; ALMEIDA, Eliane Vieira Lacerda. Mães formadas em direito no Estado do Rio de Janeiro: um estudo sobre o impacto da pandemia de Covid-19 e do uso das tecnologias de comunicação e informação nas rotinas profissional e familiar das mulheres. In: Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, 3., 2022. **Anais [...]**. s.l., Parents in Science, 2022. Disponível em: <https://eventos.congresse.me/iiisbmc-pis/edicoes/iii-simposio-brasileiro-sobre-maternidade-e-ciencia-3-edicao/anais> . Acesso em: 29 mar. 2022.

PARENT IN SCIENCE. **Produtividade acadêmica durante a pandemia: Efeitos de gênero, raça e parentalidade**. 2020. Disponível em: https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true . Acesso em: 04 jan. 2022.

PARENT IN SCIENCE. **Relatório de atividades 2016-2021**. 2021. Disponível em: https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_be4c284828694041803db8f8aa86d259.pdf . Acesso em: 04 jan. 2022.

RIBEIRO, DJAMILA. Feminismo negro como perspectiva emancipatória. In: TELES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Orgs.). **Porque a creche é uma luta das mulheres?** Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade. São Carlos: Pedro & João Editores,

2018, 65-90.

SILVA, Juliana Marcia Santos. **Mães negras na pós-graduação: uma abordagem interseccional**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 150. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32119/1/Juliana%20Marcia%20Santos%20Silva.pdf> . Acesso em: 07 jan. 2022.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Creche em tempos de perdas de direitos! *In*: TELES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Orgs.). **Porque a creche é uma luta das mulheres?** Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018, 163-179.

VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. Ações afirmativas: construção, implementação e institucionalização. uma análise das propostas de ação afirmativa nos programas nacionais de direitos humanos (1996-2002). *In*: Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais, 30., 2006, Caxambu, MG. **Anais [...]**. São Paulo: ANPOCS, 2006. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/encontros/papers/30-encontro-anual-da-anpocs/gt-26/gt20-22/3422-avieira-acoes-afirmativas/file> . Acesso em: 14 maio 2021.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.

Recebido em: 30 março 2022

Publicado em: 17 novembro 2022

